

UM HINO PARA A CIDADE: as disputas pela representação da memória e identidade através dos hinos cívicos em Feira de Santana, no século XX

Aldo José Morais Silva*

RESUMO: Este artigo investiga como diferentes hinos municipais foram produzidos para representar a comunidade de Feira de Santana (Bahia), entre o final do século XIX e o decurso do século XX, e como um destes hinos foi adotado como canção oficial da sociedade. Demonstra-se porque os demais hinos foram esquecidos e como este esquecimento se relaciona com as expectativas da sociedade local por produzir um símbolo capaz de construir uma memória avaliada como mais apropriada a sua autoimagem e às suas expectativas quanto ao futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Hinos cívicos, Memória local, Identidade social, Música e história

A hymn for the city: disputes over the representation of memory and identity through civic hymns at Feira de Santana in the 20th century

ABSTRACT: This article investigates how different municipal hymns were produced to represent the community of Feira de Santana (Bahia), between the end of the nineteenth century and the course of the twentieth century, and how one of these hymns was adopted as an official song of society. It is demonstrated because the other hymns were forgotten and how this forgetfulness relates to the expectations of the local society for producing a symbol capable of constructing a memory considered more appropriate to its self-image and its expectations for the future.

KEYWORDS: Civic anthems, Local memory, Social identity, Music and history

Un himno para la ciudad: las disputas por la representación de la memoria e identidad a través de los himnos cívicos en Feira de Santana, en el siglo XX

RESUMEN: Este artículo investiga como diferentes himnos municipales fueran producidos para representar a la comunidad de Feira de Santana (Bahia), entre el final del siglo XIX y el transcurso del siglo XX, y como uno de estos himnos fue adaptado como canción oficial de la sociedad. Se demuestra porque los demás himnos fueran olvidados y como esto olvido se relaciona con las expectativas de la sociedad local por producir un símbolo capaz de construir una memoria evaluada como más apropiada su autoimagen y su expectativa en cuanto el futuro

PALABRAS CLAVE: Himnos cívicos; Memoria local; Identidad social, Música e história.

* Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (2007). Atualmente é professor titular do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Feira de Santana. Contato: Universidade Estadual de Feira de Santana, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia. Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte. CEP 44036-900 - Feira de Santana, Bahia, Brasil. E-mail: aldojose2@gmail.com

Um hino para quê?

Por definição, originalmente um hino é uma canção destinada a honrar e louvar deuses ou heróis. Como tais, os hinos integraram sempre os mais diversos processos cerimoniais comportando uma condição de ritual que, associados ou não a outros ritos, concorriam para o desenvolvimento do culto ao ente exaltado. Os hinos, assim entendidos, eram inicialmente destinados às práticas religiosas, mas com o tempo assumiram feições e funções políticas, inclusive com finalidades revolucionárias.¹

Qualquer que seja a característica ou natureza do hino, porém, a sua condição de ritual lhe confere determinados atributos especiais. O principal destes atributos seria, certamente, a capacidade de criar ou mais frequentemente de recriar uma temporalidade ou uma condição específica, que restabeleceria os vínculos primordiais entre aqueles que o entoam². Trata-se de um exercício de reavivamento de significados. O hino, ao ser entoado, (re)conta uma história ou (re)transmite uma mensagem que faz lembrar porque se está na comunidade, assim como indica o que se deve desejar ser e o que tem valor, entre outras possibilidades.

Enquanto ritual o hino contribui para construir e consolidar a própria identidade de um grupo social. Ele se constitui, como afirma R. Lima³, em “centro da produção da sociedade, porque centro privilegiado do por em relação seus elementos, fazendo-os significar”. Não foi por acaso, portanto, que no processo de constituição dos estados nacionais, no início do século XIX, fez-se uso tão amplamente do recurso às canções em língua materna, por vezes folclóricas, eventualmente fundidas a elementos religiosos, para produzir uma hinologia que buscou suscitar a ideia de pertencimento à coletividade nacional⁴. Tampouco surpreende que nomes da música desse período, como Chopin, Liszt e Verdi, tenham, eles mesmos, sido vistos como símbolos de nacionalidade, pela condição engajada de sua arte⁵.

Os hinos persistiram ao século XIX como poderosos elementos simbólicos para construção das identidades coletivas. No Brasil, como bem o indicam Chernavsky⁶, Galinari⁷, Monti⁸ e Unglaub⁹, o período do Estado Novo foi certamente a fase de maior utilização da música, em particular da hinologia, como elementos ideológicos, com a instituição formal do ensino de música e do canto orfeônico no sistema escolar. Não obstante, mesmo antes do período varguista, os hinos eram produzidos e entoados para enfatizar os sentimentos de pertencimento de comunidades regionais e locais. Até mesmo determinadas práticas sociais, como os esportes, podem ter nos hinos elementos de difusão e reafirmação. Este uso do hino remonta à antiguidade, como observa Cornelsen, ao lembrar que os ganhadores dos jogos

olímpicos tinham seus feitos exaltados em cânticos que lhes eram especialmente dedicados. No Brasil do século XX esse potencial foi explorado desde a década de 1940 pelos clubes de futebol, cujos hinos buscam invariavelmente estabelecer a identidade das agremiações com um lugar, um grupo, uma condição ou qualidade – mais comumente a popularidade.¹⁰

Em qualquer contexto ou uso, contudo, a produção de uma simbologia eficiente só se processa a partir da observação às expectativas da sociedade que irá ‘consumir’ tais símbolos. Nesse sentido deve-se considerar os hinos também como discursos que, de acordo com Galinari,¹¹ são concebidos a partir de um “projeto de fala” adequado a uma “expectativa de interpretação” tendo em vista os valores do grupo social, o contexto de sua recepção e a linguagem utilizada, entre outros elementos. Este conjunto referencial pode permanecer em consonância com as demandas sociais por muito tempo, ou pode se desatualizar, perdendo ou fragilizando sua capacidade de comunicar. Isso evidencia também que tal processo de produção simbólica se dá a partir de relações dialéticas, nas quais os diferentes elementos que o compõem (identidade, valores, história) são constante e mutuamente confrontados numa dinâmica de validação ou de ressignificação dos sentidos produzidos.

Um hino para onde?

Feira de Santana, de acordo com os dados do IBGE, atualizados em 2017, é o décimo quinto município mais populoso do Brasil (excluídas as capitais), com seus 627.477 habitantes.¹² Atualmente o município ocupa, contudo, apenas uma incômoda octogésima quarta posição na lista das 100 melhores grandes cidades do Brasil (assim entendidas aquelas com mais de 266 mil habitantes), segundo estudo divulgado neste mesmo ano¹³. Tal realidade expressa os efeitos do acelerado, porém longo e desordenado crescimento que tem comprometido a qualidade de vida de sua população, como assinala o estudo em questão, que registra: “Nos últimos dez anos (2005-2010), três cidades sofreram queda abrupta no ranking desenvolvido pela Macroplan. Feira de Santana, na Bahia, por exemplo, caiu 50 posições ao longo da década. Gravataí, no Rio Grande do Sul, perdeu 32, e São Luís, no Maranhão, 27.”¹⁴

Segunda maior cidade da Bahia (menor apenas que a Capital, Salvador) e com cerca de 55% mais habitantes que a terceira cidade mais populosa do estado, Vitória da Conquista,¹⁵ Feira de Santana deve sua condição a sua posição geográfica estratégica. Situada a 108 km da Capital, o município é um dos principais entroncamentos rodoviários do país, cortada que é

pelos rodovias federais BR-101, BR-116 e BR-324, além das rodovias estaduais BA-52, BA-503 e BA-504. Tal malha viária se definiu a partir dos anos de 1950, mas a história do município e sua condição de rota de viajantes remontam ao século XVIII quando a criação de gado bovino no sertão e o seu comércio com as regiões litorâneas fez do então povoado e posterior Vila da Feira de Sant'Ana dos Olhos D'Água passagem obrigatória de tropeiros e negociantes, que movimentaram que impulsionaram o comércio e a urbanização do lugar. No início da década de 1920 o já então município de Feira de Santana figurava como a terceira economia do interior do estado da Bahia, tendo a sua frente apenas os municípios de Ilhéus e Itabuna que viviam o ápice da economia cacaueteira.¹⁶

Entre os anos 1950 e 1970 Feira de Santana viu-se inserida no processo de industrialização nacional. As rodovias acima enumeradas se explicam e se prestavam a tal desenvolvimento. Como consequência, nesse período o município tornou-se um dos maiores polos industriais do interior do estado, ao lado do polo petroquímico de Camaçari, convertendo-se também, naturalmente, em um centro de atração para trabalhadores de todo o Norte e Nordeste. O afluxo de migrantes nesse período foi um dos mais acentuados no cenário nacional, fazendo com que a região de Feira de Santana apresentasse uma taxa de crescimento populacional muito acima da média nacional. Assim, a população municipal que em 1940 era 83.453 pessoas (23,56% das quais habitando a área urbana), chegou a 1970 com 187.290 pessoas (71,69% delas urbanas).¹⁷ Em 1984 a população feirense já alcançava o patamar de 304.000 habitantes (80% dos quais urbanos).¹⁸

Um crescimento tão vertiginoso, afetou profundamente não só o quantitativo e o perfil da população, mas também hábitos e costumes locais, além da própria estrutura física da cidade, seja quanto ao seu tamanho, seja quanto ao abandono do seu patrimônio arquitetônico histórico. Em síntese, a cidade que já foi chamada de a Princesa do Sertão por Ruy Barbosa, diversificou-se tanto física, social e culturalmente que no decurso da década de 1980 começaram a surgir também as primeiras falas, de estudiosos e intelectuais, preocupadas com a perda da identidade local.¹⁹ Tal preocupação veio a resultar em um esforço por recuperar (ou instituir) e fixar elementos identitários, ícones materiais e imateriais de uma identidade histórica que se julgava cada vez mais (e talvez ainda) ameaçada. Um hino municipal foi um destes elementos.

Um hino para Feira de Santana

A sociedade feirense não fugiu à regra no que concerne ao esforço por produzir símbolos de pertencimento. Ideias como a especialidade climática do município, sua vocação para o progresso e até mesmo a festa da micareta²⁰ já serviram como estímulos ao desenvolvimento ou fortalecimento de uma identidade local²¹. Vários foram os recursos utilizados para a promoção destes elementos de identidade, mas dentre estes o atual hino à cidade de Feira de Santana foi o mais constante e é o que reúne o maior conjunto de referências aos traços distintivos do ser feirense, sejam eles alusões às pretensas qualidades intrínsecas da sociedade local ou descrições da ambiência ‘natural’ do município, ainda que cada um desses traços tenha encontrado maior eco na sociedade em momentos distintos.

Seja como for, o atual hino municipal não teve sempre o reconhecimento social, nem foi o primeiro proposto para esse fim. Foram pelo menos três os hinos dedicados à Feira de Santana entre fins do século XIX e a segunda metade do século XX, os dois primeiros compostos por musicistas e o terceiro por um religioso. Vejamos em seguida o que chegou até nós de cada um destes, seus autores e sua recepção na sociedade, bem como onde se encontra cada um destes registros.

A primeira referência a um hino local nos chega através da coluna “Vida feirense”, na edição de 12 de dezembro de 1940, uma das suas 250 edições veiculadas pelo periódico feirense, *Folha do Norte*.²² Nesta coluna (publicada de 1923 a 1952) o então diretor e editor do jornal, Arnold Silva, apresentava uma espécie de registro das efemérides da sociedade local entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, a partir de suas próprias pesquisas acerca da história feirense.²³ E foi na mencionada edição de 1940 que Arnold Silva cita um hino à Feira, apresentado no ano de 1899. Segundo o editor, naquela ocasião, Manoel Tranquilino Bastos, maestro da sociedade Filarmônica Vitória, uma das duas existentes na cidade até então, encaminhou ao Conselho Municipal uma partitura de sua autoria, concebida para ser o hino feirense. O maestro manifestou ainda seu desejo de que a composição fosse executada no ato de colocação do retrato do Coronel José Freire de Lima (intendente municipal nos quadriênios 1892-1895 e 1896-1899), no salão da prefeitura.²⁴

Uma vez que a proposta dizia respeito a toda municipalidade, o presidente do Conselho enviou cópias da dita composição tanto à diretoria da própria Filarmônica Vitória, como à Sociedade Filarmônica 25 de Março, sua rival no cenário musical da cidade²⁵, certamente esperando com tal encaminhamento que o hino pudesse obter o endosso de todos,

passando a ser conhecido e executado por ambas as agremiações. Lamentavelmente a obra não chegou aos nossos dias, tendo sido perdidas letra e música, mas consta que a filarmônica Vitória de fato chegou a executar esta peça como hino em 1900, por ocasião da posse do mesmo Coronel José Freire de Lima para o seu terceiro mandato consecutivo como intendente municipal, então para o quadriênio 1900-1904.²⁶

O hino de Manoel Tranquilino Bastos, portanto, foi formalmente apresentado como sendo a peça musical oficial da edilidade. Mas sua composição não se perpetuou, e ao que tudo indica não chegou a ser executada com hino municipal em nenhum outro evento oficial posterior. A questão que se coloca então refere-se ao sentido deste abandono. Por que o experiente maestro, integrante de uma das principais instituições musicais da época, a Filarmônica Vitória, não conseguiu assegurar sua obra como hino do município?

A resposta mais plausível para tal esquecimento reside exatamente no fato de o hino em questão ter sido composto e executado por um integrante de uma das duas filarmônicas existentes naquele momento. Com efeito, a Filarmônica Vitória fora criada em 1873 por um grupo dissidente da Sociedade 25 de Março, esta fundada em 1868. Assim, desde sua origem estas entidades cultivaram uma relação tensa, marcada por uma constante disputa. Essa tensão já havia sido claramente retratada em 1897, quando a 25 de Março tornou pública a seguinte nota:

A assembleia geral da "Sociedade 25 de Março", unanimemente, em virtude dos lutosos acontecimentos da noite de 24, quando se festejava, nesta cidade, a vitória das forças legais contra os fanáticos de Canudos, resolve que a sua banda musical não tomará parte nem se fará representar em festejos de qualquer natureza em que "tome parte ou se faça representar a Sociedade Filarmônica Victoria".²⁷

Na mesma ocasião, em resposta, a direção da Vitória publicou:

Em virtude de uma declaração da sociedade "25 de Março", publicada em o "Propulsor" de 31 do mês próximo [...], a Direção da Sociedade Filarmônica "Victoria", por deliberação da assembleia geral, faz público que, todas as vezes que lhe for possível, jamais negar-se-á [...] fazer-se representar por sua banda musical ou comissão, nos festejos públicos ou particulares, que se realizarem nesta cidade, quando para eles for convidada e os respectivos convites merecerem a devida consideração; quer a sociedade "25 de Março" se faça representar, ou não.²⁸

Tal animosidade possuía fundamentalmente um componente político. De fato, pode-se mesmo considerar que as filarmônicas eram antes de qualquer coisa aparelhos políticos destinados a dar visibilidade e prestígio aos seus fundadores e/ou mantenedores. Desde sua origem e até pelo menos os anos de 1950, as filarmônicas detinham em suas fileiras,

frequentemente como presidentes ou sócios beneméritos, algumas das principais personalidades políticas municipais. Bernardino da Silva Bahia, por exemplo, intendente municipal por três vezes entre 1912 e 1923,²⁹ além de integrante do Conselho Municipal em diversas legislaturas, foi também presidente da Sociedade 25 de Março em duas ocasiões (1903 e 1912). Felinto Marques de Cerqueira, Secretário da mesma Sociedade 25 de Março, veio suceder a Bernardino Bahia no Conselho municipal, em 1920.³⁰ Outros integrantes da 25 de Março, como Juvêncio Erudilho da Silva Lima (um de seus fundadores) e José Alves Boaventura, bem como Tertuliano José de Almeida, da sociedade Filarmônica Vitória, ocuparam posições no Conselho Municipal. Ainda em fins do século XIX, Juvêncio Erudilho da Silva Lima e Benigno José Resende integravam os principais nomes do Partido Liberal em Feira de Santana, tendo este último vindo a fundar a Filarmônica Vitória, na mencionada cisão de 1873.

Não cabe perscrutar detalhadamente tais relações no âmbito limitado deste texto, mas mesmo estas associações pontuais já são suficientes para indicar que as filarmônicas funcionavam como extensões artístico-culturais dos grupos políticos da cidade, dando-lhes suporte e visibilidade em encontros e eventos públicos, além de proporcionar às figuras políticas mais proeminentes a oportunidade de ostentar a condição de beneméritos, e de fomentadores da vida cultural da cidade.

Um outro elemento a ser considerado neste caso é, sem dúvida, o fato de que o maestro Manoel Tranquilino Bastos era negro e, além disso, um abolicionista atuante no cenário baiano. Filho de um português e de uma escrava liberta, Tranquilino Bastos nasceu e cresceu na cidade de Cachoeira, na região do Recôncavo baiano, onde, de acordo com Costa, o movimento abolicionista contava com muitos adeptos entre a população.³¹ Nesse contexto, além de uma atuação no cenário musical, participando de bandas e filarmônicas, o maestro converteu-se em um nome de destaque dentre os defensores da abolição e, mais significativamente, após a concretização desta, em 1888, um defensor dos direitos das populações negras e sua cultura, não apenas em sua cidade natal, mas também em diversas outras, como Feira de Santana, por onde atuou como músico. Nesse sentido, observa ainda Costa

Em seus manuscritos, o músico criticava com veemência a violência policial contra os praticantes do candomblé, defendendo a liberdade religiosa de “cada raça”; pregava a “redenção da raça”; exaltava a figura de militantes abolicionistas, como Luis Gama, que considerava “o grande messias da liberdade nacional”; colecionava recortes sobre este último e André Rebouças; defendia sua cor, lutando contra preconceitos e considerava o 13 de maio de 1888 “a maior e mais solene data do nosso país”.³²

Com este perfil social e político, não surpreende, pois, que a iniciativa do maestro não tenha se perpetuado. Seja porque esta foi identificada como um fator que pudesse vir a conferir maior prestígio à entidade (e grupo político) rival, algo inadmissível em tal contexto, ou porque o hino trouxesse uma mensagem de igualitarismo social, para a qual a sociedade feirense pós-abolição estava ainda pouco afeita, obviamente foi este primeiro hino ignorado e condenado ao esquecimento por toda a sociedade local.

Um outro hino, assinado por Heitor Otaviano de Araújo, Chanceler do Bispado de Feira de Santana no final da década de 1960,³³ recebeu arranjo em 1983. Deste hino tem-se apenas uma cópia datilografada da sua letra (na qual encontra-se também anotada a mencionada informação sobre o arranjo), no acervo do centro de documentação e biblioteca do Museu Casa do Sertão, órgão da Universidade Estadual de Feira de Santana. Trata-se, portanto, de documento singular, jamais publicado e que, ao que tudo indica, nunca alcançou amplo conhecimento popular. Este hino seguramente foi composto ainda no decurso da década de 1970, pois em 1977 o Chanceler já havia se aposentado.³⁴ Além disso, a letra faz referência, em sua quarta estrofe, ao centenário de elevação da vila à condição de cidade, comemorado em 1973. Neste caso, embora a titulação do documento como “hino à Feira” remeta à ideia de um hino oficial, parece mais provável que este tenha sido composto apenas como um hino comemorativo ao centenário da cidade. Convém observar que embora aparentemente não tenha sido concebido para ser um hino oficial, tal funcionalidade poderia ter sido atribuída a este hino, já que, como demonstraremos adiante, nos anos de 1970, Feira de Santana não contava ainda com um hino oficial.

De qualquer modo, efetivamente não há registro de que a composição de Heitor Araújo tenha sido reconhecida ou executada como hino municipal em qualquer momento. Não obstante foi esse o único destes hinos municipais ignotos a ser preservado e sua análise revela-nos uma visão significativamente distinta a do atual hino:

Hino à Feira, 19[7?]

Dos começos humildes da fazenda
De Domingos Barbosa de Araújo
Como que tu disseste, Feira, surjo!
Para grandes destinos, como em lenda.

(Refrão)

Feira: Permite que te cante um hino,
No fervor da alegria que se ufana
Do fulgor que rebrilha em teu destino
De Feira! Feira! Feira de Santana!

Olhos D'Água, de início, ali surgiu,
Onde a Fé levantou o seu padrão,
Que do nome feliz de Ana Brandão,
Capela de Sant'Ana se erigiu.

Boa Vista, depois, foi nova sede,
Nova igreja se fez e o casario
Foi crescendo, crescendo, anos a fio,
Na marcha cujo assomo não se mede.

Freguesia, foi Vila, hoje Cidade,
Que cem anos já conta de instalada
Cada dia mais nova na escalada,
Não importa contar tua idade.

Será longo seguir o itinerário
Do progresso, de então até agora,
Pois melhoras e cresces de hora em hora,
Pois crescer e valer teu [ilegível]

De boiadas e tropas o roteiro
Dos homens de negócio do sertão,
Fixaram-te aqui como rincão
De povo generoso e hospitaleiro,

Metrópole genial, tu és princesa,
A porta do sertão, monumental.
Sempre avante na marcha ascensional,
Para a glória maior... tendes certeza.

Escuta, Feira, assim, no verso duro,
Os ecos do passado no presente,
Terra nobre e feraz de nobre gente,
Olhando sempre mais para o futuro.

Letra: Heitor Araújo
Arranjo: [Maestro] Miro.³⁵

O que mais chama atenção na composição de Heitor Araújo, sem dúvida, é a familiaridade da mensagem que expressa com a 'história oficial' do município. As referências às origens da cidade na fazenda Olhos D'Água, do casal católico Domingos Barbosa e Ana Brandão e ao protagonismo destes na gênese do lugar; ao comércio do gado que desenvolve a comunidade e, por fim, à sua 'vocação' metropolitana, refletem o entendimento já amplamente difundido acerca da trajetória histórica do município. Estes elementos, por sua vez, mostram-se muito claramente influenciados pelo estudo do brasilianista Rolie E. Poppino, *Feira de Santana*, publicado em 1968 e que se converteu na principal obra de referência para a história do município nas décadas seguintes.

Porém, a despeito de toda essa sintonia com os referenciais históricos e identitários da sociedade feirense, como já foi dito, o hino de Heitor Araújo permanece completamente

desconhecido à mesma. Em seu lugar, assim como do outro pretense hino feirense, impôs-se a composição de autoria da musicista, maestrina e poetisa feirense, Georgina de Mello Erismann, hoje incontestavelmente reconhecida como o hino oficial do município. Antes de dar seguimento a análise desse processo, contudo, façamos aqui um breve parêntese para situarmos quem foi esta que, afinal, logrou deixar à posteridade sua obra como símbolo da municipalidade.

Batizada com o nome Georgina de Mello Lima, nasceu em Feira de Santana (BA), em 27 de janeiro de 1893, filha de Camilo de Mello Lima e Leolinda Bacelar de Mello Lima. Integrante de família tradicional, deu início a sua formação musical em casa, com sua mãe, pianista e professora municipal. Sua formação musical teve continuidade no Instituto de Música da Bahia (em Salvador), onde, ao lado de Zulmira Silvany e Georgina Silva, fundou a Sociedade Auxiliadora do Conservatório de Música, na qual eram dadas aulas de canto e piano.³⁶ Prosseguiu seus estudos no Rio de Janeiro, aprimorando-se em harmonia e composição. Após concluir sua formação regressou para Feira de Santana, onde conheceu e veio a casar-se com Walter Tudy Erismann, em 1926. Em Feira também passou a atuar ativamente na vida cultural local com

apresentações lítero-musicais no Teatro Santana, em benefício do Clube Coreógrafo Dois de Julho, Asilo Nossa Senhora de Lourdes, Albergue Noturno, Igreja Senhor dos Passos, Igreja Senhor do Bonfim e em beneficência de crianças órfãs.³⁷

Como poetiza e escritora, Erismann teve diversos trabalhos publicados em jornais feirenses e de Salvador. A visibilidade obtida com tais publicações, bem como o destaque que teve em sua passagem pelas instituições musicais soteropolitanas, conferiu-lhe reconhecimento entre a intelectualidade e o meio artístico baiano do período, o que resultou em sua indicação, pelo Governo do Estado, em 1936, para representar a Bahia na Feira Artística, Industrial e Comercial, em Campinas (SP), em homenagem ao Centenário de nascimento do maestro Carlos Gomes, ocasião em que foi muito elogiada, fazendo uma série de apresentações posteriores, que lhe renderam grande notoriedade artística no sul do país, e assegurou sua inserção em obras de referência sobre a música nacional, como o *Dicionário Cravo Albin da música popular brasileira*, no qual a musicista feirense figura entre aqueles julgados

representa[ntes de] um marco em nossa História e símbolo de um imaginário social povoado de sons, versos, narrativas cotidianas e personagens que embalam desde casos de amor até reivindicações políticas, quase sempre reinventando o dia-a-dia, traço essencial da maioria dos poetas da canção popular no Brasil.³⁸

No ano seguinte Georgina Erismann passou a integrar o corpo docente da Escola Normal de Feira de Santana como professora de música e canto. Neste mesmo ano fundou a Escola de Música de Feira de Santana³⁹, como uma extensão (em termos de proposta pedagógica) do Instituto de Música da Bahia. Em 1940 Georgina e seu esposo mudaram-se para o Rio de Janeiro, onde ela veio a falecer, menos de um mês após a sua transferência.

Sua morte causou grande comoção na sociedade feirense, que buscou homenageá-la dando seu nome à escola de música que criara. Décadas depois a musicista ainda era lembrada como um vulto feirense, dando nome a uma via pública e a instituição de ensino, dentre outras formas de reconhecimento.⁴⁰

Conhecida, em linhas gerais, a trajetória de sua autora, e cientes de que apenas a sua obra perpetuou-se, dentre outros pretensos hinos, cabe agora precisar quando e de que forma exatamente o hino da musicista logrou converter-se na identidade musical da sociedade feirense.

Não há dúvida que a peça foi sistematicamente executada por vários anos, no âmbito da Escola Normal, onde Georgina atuou como professora de música e para a qual produziu várias outras obras, parte das quais passaram a compor um hinário (em conjunto com outros autores), por ela organizado, e lançado como parte das comemorações pelo primeiro ano de funcionamento da Escola Normal, em 1928. É neste compêndio que consta a primeira publicação do seu Hino à Feira,⁴¹ e foi esse o momento em que o hino foi apresentado à sociedade em um evento aberto ao público. Este compêndio foi também, pelo menos no decurso dos 38 anos seguintes, o único registro físico do hino em questão. O hinário foi utilizado na Escola Normal e certamente teve exemplares circulando entre as normalistas. Mas estes não foram preservados, como usualmente ocorre com livros e manuais escolares, de modo que apenas um único exemplar deste chegou aos dias atuais, incorporado ao acervo do já mencionado centro de documentação e biblioteca do Museu Casa do Sertão.

Somente em 1966, uma outra publicação, o *Álbum da Feira de Santana - Bahia*, produzido pelo jornalista feirense Franklin Machado, reapresentou o hino, mas então já sem qualquer vínculo com a Escola Normal. Naquele momento o jornalista em questão pretendeu dar forma a uma obra que expressasse seu afeto por sua terra natal, e assim elencou aspectos do meio físico e sociocultural feirenses, que julgava definidores da identidade local.⁴² O hino à Feira figura entre estes elementos. Mas a obra de Machado também teve circulação limitada, além de ser marcada pela informalidade de sua proposta⁴³. Desse modo, o *Álbum da Feira*

jamais figurou como uma obra de referência sobre a cidade ou teve ampla circulação (apesar de suas 3 edições), já que é formada basicamente por desenhos do autor, acompanhados por breves comentários e reflexões, o que permite qualifica-lo como um trabalho de caráter essencialmente autoral, orientado por uma preocupação estética e artística, e não didático-informativa, tampouco comercial.

Foi mesmo no âmbito educacional que o hino à Feira se fez preservar então. Seria enganoso, contudo, afirmar que a mera estreia, por ocasião do aniversário da Escola Normal, tenha lhe conferido a condição de canção primeira da edilidade. De fato, apesar do grande destaque dado pelo jornal *Folha do Norte* às comemorações do aniversário, e da descrição minuciosa feita (em mais de uma edição) da cerimônia, nenhuma referência direta foi feita ao hino à cidade especificamente. Aliás, a primeira alusão à parte musical do evento refere-se tão somente aos “hinos escolares entoados pelo orfeão [grupo de canto coral]”,⁴⁴ não havendo sequer a menção à existência de um hino para a cidade. A edição seguinte do jornal reproduz a programação realizada no aniversário, e elenca a execução do hino como atividade de abertura daquele dia, seguido por outros cânticos no decurso do evento, mas, novamente, sem qualquer comentário adicional sobre a sua criação ou exibição.⁴⁵ Tal tratamento parece se explicar pela referência às obras apresentadas como sendo apenas “hinos escolares”, o que indica uma percepção muito clara sobre a função e o alcance que se esperava daqueles cânticos.

Em 1929, as comemorações pelo segundo ano de funcionamento da Escola Normal voltaram a ocupar, com destaque, as páginas do jornal *Folha do Norte*. Registrou-se que o “bem ensaiado Orfeão, regido pela professora Georgina Erismann, entoou então o ‘Hino triunfal’, bela composição da musicista conterrânea”.⁴⁶ Na sequência das comemorações o orfeão ainda executou outros cânticos, mas não o hino à Feira. Este só voltou a ser executado, ainda no âmbito da Escola Normal, nas comemorações da independência, naquele ano. Foi ele o décimo segundo ponto da programação geral, sendo o segundo dos três hinos entoados (o primeiro foi o hino da independência e o terceiro o nacional).⁴⁷

Vale observar que nessa ocasião apenas o “Hino triunfal” ensejou elogios a Georgina como compositora, silenciado o articulista, novamente, sobre o hino dedicado à cidade, mesmo nas comemorações da independência, o que sugere haver uma postura de, pelo menos, maior cautela nas referências ao hino para o município. Mais significativo ainda é constatar que o hino à Feira, mesmo no espaço restrito das atividades da Escola Normal, não era um

elemento permanente em todas as ocasiões solenes. Assim, como ocorre em 1929, observa-se uma alternância da presença desta obra em 1930, tendo sido executada, desta vez no terceiro aniversário da Escola Normal, mas não nas comemorações do dia da independência. Já nos anos imediatamente subsequentes, o hino não figura nas cerimônias da Escola Normal, nem mesmo de modo alternado.

Em 1933 teve início o funcionamento de outro importante estabelecimento de ensino feirense, o Ginásio Santanópolis, que passou a ter, aliás, bem mais espaço na imprensa que a já consolidada Escola Normal. Nas atividades descritas sobre o Ginásio, porém, também não há alusão ao hino georginiano, mesmo em eventos em que os estabelecimentos tinham participação simultânea, como o da independência. 1933 foi ainda o ano em que se registrou o centenário da criação do município de Feira de Santana. Em tal ocasião seria razoável esperar que a municipalidade fizesse algum registro sobre um símbolo cívico próprio, como um hino, sobretudo porque a data recebeu bastante destaque na imprensa. Contudo, também naquele momento, o hino georginiano foi ignorado,⁴⁸ o que confirma a existência, na ocasião, de uma leitura de que aquela era uma peça de uso exclusivo da Escola Normal e para seus propósitos específicos, ou seja, não era de fato um hino municipal, mas tão somente um hino escolar que homenageava a cidade.

Somente em 1935 uma nova (e aparentemente derradeira) execução do hino ocorreu, neste período, no contexto da celebração pelo dia da árvore, sempre como parte das atividades da Escola Normal.⁴⁹ Naquele ano o jornal *Folha do Norte* trouxe ainda uma matéria intitulada “Georgina Erismann”, em que Amorim⁵⁰ apresenta a figura da musicista como exemplo da mulher moderna, enaltecendo sua inteligência e suas realizações artísticas. Mesmo aqui, contudo, não se menciona o hino em momento algum. Assim como este não é mencionado em 1937, quando ocorrem as comemorações pelos dez anos de fundação da Escola Normal. Deste ponto em diante as notas sobre os aniversários da Escola Normal ficam progressivamente mais concisas, e as referências ao hino à Feira desaparecem do jornal nos anos seguintes.

Como se constata, o que estes dados sugerem muito claramente é que, até mesmo na Escola Normal, não existiu um pronto e generalizado reconhecimento quanto à possibilidade de a obra de Georgina assumir um caráter de oficialidade como símbolo municipal, leitura que parece ter se estendido à sociedade em geral. Mas o indício mais contundente acerca da oficiosidade do hino de Georgina está na forma como a sociedade tratou a musicista, mesmo após seu falecimento, em 1940. Uma busca nas notas sobre esta personagem presentes na

coluna Vida Feirense do jornal *Folha do Norte*, publicadas entre 1939 e 1949, por exemplo, apresenta pelo menos 18 notícias. São referências aos prêmios, às viagens, às apresentações e ao reconhecimento que recebeu por sua atuação no cenário cultural feirense e nacional. Em nenhuma destas notícias, porém, há qualquer alusão ao hino à Feira ou a sua condição de autora de tal obra. Nem mesmo na notícia sobre seu falecimento faz-se referência a este que seria, sem dúvida, um marco de sua contribuição à cultura feirense.⁵¹

Ao discutir pormenorizadamente o processo de inserção das mulheres da elite na vida cultural e nos espaços públicos feirenses nas décadas de 1900 a 1940, Ramos aborda a contribuição de Georgina Erismann, evidenciado o quanto esta foi reconhecida por seus contemporâneos como uma “legítima representante da cultura local”, destacando ainda que esta era:

Compositora, musicista, maestrina, declamadora, poetisa, professora e colaboradora do Jornal Folha da Feira, [e que] era com frequência convidada a realizar apresentações. Marcada, conforme relatos da época, pelo espírito vibrante, sempre atenta as “belezas da cidade [Feira de Santana] e dos sertões” não se furtava em participar de causas em prol da cultura e da assistência à orfandade promovida por suas coetâneas, as Senhoras de Caridade.⁵²

A autora confirma ainda que a representação da Bahia, por Georgina, nas comemorações pelo centenário de nascimento de Carlos Gomes, em São Paulo, lhe conferiu enorme prestígio. Mesmo tendo desenvolvido um estudo tão cuidadoso, porém, também Ramos não encontrou, e assim não menciona, alusões dos contemporâneos ao hino e sua autoria.

Quando então se deu o reconhecimento da existência do hino e de sua autoria? Como já pontuamos, somente em 1966 uma obra não oficial, o *Álbum da Feira de Santana*, apresentou o hino como um traço de sua identidade. Mas este não era um entendimento comum aos feirenses do período. De fato, manuais didáticos e outras obras que versam sobre a história e a identidade dos feirenses, produzidas até mesmo no decurso da década de 1970, ainda não fazem alusão à existência de um hino municipal, nem mesmo quando mencionam a figura de Georgina como um dos expoentes da cultura local.⁵³ Em 1990, contudo, a Lei Orgânica do município já indicava em seu Art. 4º, § 3º, que “são símbolos do Município a Bandeira, o Hino e o Brasão”,⁵⁴ mas somente em 15 de setembro de 2006, por meio do Art. 9º da lei municipal nº 31, Georgina Erismann foi oficialmente definida como a autora daquele símbolo municipal.⁵⁵ Embora a lei de 1990 não indique de quem era o hino naquela ocasião,

parece improvável que tenha havido outro sendo efetivamente executado. E é certo que o reconhecimento oficial, em 2006, apenas refletiu um fato socialmente reconhecido na ocasião.

Cabe pontuar que seguramente, mesmo sem um reconhecimento formal, ocorreu uma progressiva difusão do hino nas instituições públicas de ensino, no município, nas décadas seguintes ao falecimento de sua autora, sem dúvida como reflexo do efeito multiplicador que as antigas normalistas, ex-alunas de Georgina Erismann, passaram a promover já no exercício de suas atividades profissionais como professoras e gestoras escolares. De fato, como já foi mencionado, em meados dos anos de 1970 o hino erismanniano era entoado regularmente em escolas públicas feirenses, e nos vinte anos seguintes consolidou-se como hino oficial, sendo gravado por artistas locais, executado nos eventos públicos, chegando na atualidade a ser apresentado (letra e música) na página oficial do legislativo feirense na internet.⁵⁶

Em outras palavras, os demais autores como regra tiveram apenas o seu próprio prestígio e seus vínculos com as entidades musicais do município como suporte para promoção de suas obras. Mas o persistente estado de embate entre tais entidades efetivamente acabou por inviabilizar um reconhecimento generalizado de suas propostas. Georgina, por outro lado, desenvolvendo sua atividade musical junto a uma instituição ‘neutra’ – a Escola Normal – e contando com o trabalho de difusão de sua obra pelas professoras normalistas, logrou preservar seu trabalho à posteridade. Além disso, deve-se considerar também o fato de ser Georgina a única mulher a ter composto um hino para a cidade, dado que à primeira vista parece irrelevante, mas que em verdade contribuiu decisivamente para a perenidade de sua obra.

Com efeito, uma condição marcante da mulher no início do século XX era a sua exclusão do mundo político. Embora desde os anos 1870, pelo menos, já houvesse no Brasil uma militância feminista que pleiteava, entre outras coisas, o direito ao voto e, conseqüentemente, a uma efetiva atuação política, no alvorecer do século XX a participação feminina na vida pública ainda era extremamente limitada, e o seu eventual envolvimento nas eleições chegava a ser visto como uma “ameaça às estruturas da família”, conforme argumentou o Deputado Barbosa Lima, por ocasião da elaboração da Constituição de 1891, quando o voto feminino acabou vetado.⁵⁷ O fundamento de tal visão residia na compreensão sobre o que seria o papel “natural” da mulher: a maternidade e a condução do lar, ainda que (ou, sobretudo) sob a égide de seu marido.

Ramos observa que nos primeiros anos do século XX tais papéis eram amplamente aceitos pela Igreja Católica e a sociedade em Feira de Santana, onde os principais periódicos e seus colaboradores empenhavam-se em difundir a imagem da mulher ideal como sendo aquela voltada para a religião e a família, sendo formalmente franqueada a estas, como possibilidade de vivência nos espaços públicos, apenas as ações e atividades filantrópicas, quase sempre mediadas pelas instituições religiosas católicas.⁵⁸ Mesmo com o avançar do século e o reconhecimento do direito de voto às mulheres, concedido em 1932, a participação destas na política permaneceu inicialmente tímida, a despeito da atuação de algumas defensoras locais dos direitos e das liberdades femininas. Essa tibieza sem dúvida reflete a resistência social feirense em ceder espaço à mulher como ente político, fato que Cerqueira evidencia ao mencionar que o jornal *Folha do Norte*, por exemplo, “não conclam[ou] as mulheres a se alistarem”⁵⁹ como eleitoras para o pleito de 1932, atitude que só veio a se alterar em 1937.

Foi nesse contexto cultural de alijamento formal das mulheres da vida política que Georgina Erismann produziu o hino à Feira. É evidente que tal caracterização do cenário não significa admitir que qualquer mulher, e especialmente a musicista em questão, fosse verdadeiramente destituída de posições e visões políticas. Aliás, seu engajamento no cenário cultural local e sua atuação como educadora são provas cabais de uma postura política muito clara, tomada em sentido amplo. Mas é fato, por outro lado, que o campo específico da política partidária local, encontrava-se até então formalmente vetado ao protagonismo feminismo, o que fazia com que, sendo mulher, fosse vista como inapta para as questões próprias ao jogo político-partidário. Apensar de machista e fundamentalmente equivocada, tal leitura da época acabou por fazer com que a composição de Georgina não fosse identificada (como ocorreu com o maestro Tranquilino Bastos) como uma ação política.

Uma vez que produzida por uma personalidade tida como apolítica, segundo a visão dominante, a obra não foi associada (e, logo, não favorecia necessariamente ou poria em causa temas considerados incômodos) a qualquer uma das correntes partidárias ou dos grupos sociais locais. Se esse fato por si só não implicou em um imediato reconhecimento oficial do hino, por um lado, decerto conferiu-lhe a condição de ‘neutralidade’ necessária para evitar que fosse deliberadamente repudiado pelas agremiações musicais da cidade, vinculadas que eram (como já o salientamos) aos grupos políticos antagônicos. Veja-se então o que diz o hino de Georgina Erismann sobre a sua cidade,

Hino à Feira, 1928

1ª Estrofe	Refrão/coro	Salve ó terra formosa e bendita Paraíso com o nome de Feira Toda cheia de graça infinita És do norte a princesa altaneira
2ª Estrofe	Solo I	Bem nascida entre verdes colinas Sob o encanto de um céu azulado Ao estranho tu sempre dominas Com o poder do teu clima sagrado
3ª Estrofe	Solo II	Sorridente como uma criança Descuidosa da sua beleza Do futuro és a linda esperança Terra moça de sã natureza
4ª Estrofe	Solo III	Poetisa do branco luar Pelas noites vazias de agosto Fiandeira que vive a fiar A toalha de luz de sol posto
5ª Estrofe	Solo IV	De Santana és a filha querida Noite e dia por ela velada E o teu povo tão cheio de vida Só trabalha por ver-te elevada ⁶⁰

Uma análise pormenorizada dos significados da letra deste hino não cabe neste texto. Mas é possível apontar que seus sentidos originais foram em grande medida perdidos desde a sua publicação inicial, em fins da década 1920, e a fase em que o entoar deste se tornou uma prática comum nos espaços escolares, na década de 1970, conforme já assinalamos. De fato, o hino faz alusão a aspectos como o epíteto de “cidade princesa” que evoca a organização especial e as boas (assim consideradas) condições de seu urbanismo nos anos de 1920, até que o crescimento desordenado das décadas de 1960 e 1970 lhe destituísse tal reconhecimento.

A menção a um “clima sagrado” evoca uma fase ainda mais antiga, entre meados do século XIX e a primeira década do século XX, quando a cidade tinha a fama de possuir um clima apropriado para o tratamento de problemas de saúde (especialmente a tuberculose), fato totalmente ignorado pela população hodierna do município. Até mesmo a alusão à cidade como sendo uma ‘princesa do norte’ soa incongruente na atualidade, por faz referência a uma percepção das regionalidade nacional, pela população em geral, característica da Primeira República, que percebia o Brasil dividido basicamente entre norte e sul, estando então a Bahia mais comumente enquadrada no norte, até que a divisão nacional proposta pelo IBGE ‘reposicionasse’, também na década de 1970, a Bahia como um estado nordestino.⁶¹

Outros elementos da letra, contudo, ainda que não guardassem exatamente os mesmos sentidos originais prestavam-se a uma conciliação com elementos caros à sociedade brasileira e feirense nos anos de 1970, pelo menos enquanto representação ideal destas, como a religiosidade cristã católica, evocada através da referência à Santana, padroeira da cidade, e aos ideias de valorização do trabalho e da juventude, elementos emblemáticos do civismo desenvolvimentista difundido pelos parâmetros educacionais do regime militar.⁶²

Desse modo, como se contata, a sobrevivência do hino de Georgina Erismann, deveu-se, em uma primeira fase, ao caráter mais restrito a que este foi associado como “hino escolar”, dissociando-o assim de embates políticos que poderiam ter determinado seu abandono proposital. Nesta condição sua preservação deveu-se, sem dúvida, às ex-normalistas, ex-alunas da musicista que, conhecedoras da obra, permaneceram fazendo uso dela como instrumento pedagógico. Mas foi certamente no contexto do regime militar, a partir de 1964, através os ideais então valorizados e difundidos pelo regime, que o hino feirense, ganhou novo vigor e sentido, passando a integrar o rol dos artifícios do regime para sua consolidação, evocando sobretudo as imagens de terra alinhada com o trabalho e progresso futuro.

Desde então sua execução tornou-se regular, extrapolando inclusive o ambiente escolar e alcançando os eventos e cerimônias públicas e oficiais, ainda que sua formalização como símbolo oficial da edilidade só viesse a ocorrer em 2006, como mencionado. Mas então, novamente, os contextos social e político eram outros. Já não eram mais os elementos do civismo desenvolvimentista que davam sentido ao hino, mas a expectativa de que este pudesse ser um elemento de auto reconhecimento possível (e necessário) em uma sociedade que, após décadas de um crescimento acelerado e não planejado, experimentando as transformações decorrentes de massivas correntes migratórias para seu território, começou a vislumbrar a possibilidade de perda de seus referências identitários, e pôs-se à busca de símbolos que pudessem cumprir esse papel. Esta, porém, é uma discussão para um outro texto, para uma outra reflexão.

NOTAS

- ¹ SADIE, Stanley (Edit.). *Dicionário grove de música*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 432.
- ² LABURTHE-TOLRA, Philippe; WARNIER, Jean-Pierre. *Etnologia-antropologia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 206.
- ³ LIMA, Roberto Kant de. Ritual. In: SILVA, Benedito. (Org.). *Dicionário de ciências sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 1.082.
- ⁴ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 14.
- ⁵ HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 291.
- ⁶ CHERNAVSKY, Analía. Um maestro do no gabinete: música e política no tempo de Villa-Lobos. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – O LUGAR DA HISTÓRIA. ANPUH/SP-UNICAMP, 17., 2004, Campinas. Disponível em: <<http://anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XVII/ST%20VIII/Analía%20Chernavsky.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2011
- ⁷ GALINARI, Melliandro Mendes. Os hinos de Villa-Lobos e o governo Vargas: estratégias político-discursivas de persuasão ideológica. *Letras & Letras*. Uberlândia. n. 2, v. 2, pp. 85-103, jul./dez., 2006
- ⁸ MONTI, Eduardo Monteiro Gonzaga do. Canto orfeônico: os ideais cantados do estado novo. *Travessias*. Cascavel. v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_002/artecomunicacao/cantoorfeonico.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2011
- ⁹ UNGLAUB, Tânia Regina da Rocha. A prática do canto orfeônico e cerimônias cívicas na consolidação de um nacionalismo ufanista em terras catarinenses. *Revista Linhas*. Florianópolis. v. 10, n. 01, pp. 105-127, jan./jun. 2009
- ¹⁰ CORNELSEN, Elcio Loureiro. Hinos de futebol no Brasil: dos hinos marciais aos populares. *Revista interfaces*, n. 20, v. 1, p. 78-94, jan.-jun., 2014. Disponível em: <<http://www.cla.ufjf.br/images/docs/interfaces/split/20/05.%20hinos%20de%20futebol.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2015.
- ¹¹ GALINARI, 2006, p. 92.
- ¹² VEJA a lista das cidades mais populosas do Brasil. *R7 Brasil*. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/veja-a-lista-das-cidades-mais-populosas-do-brasil-30082017>>. Acesso em: 23 dez. 2017.
- ¹³ Trata-se de pesquisa realizada pela da consultoria Macroplan e publicada pela revista Exame em março de 2017, tendo por base “16 indicadores divididos em quatro áreas distintas: saúde, educação e cultura, segurança e saneamento e sustentabilidade. Os pesos dos indicadores e das áreas que compõem o índice foram divididos da seguinte forma: 35,3% para educação e cultura; 35,3% para saúde; 20,6% para infraestrutura e sustentabilidade e 8,8% para segurança. O ranking foi formado por um índice que vai de 0 a 1 – quanto mais próximo de 1, melhor é a condição de vida no local”. Cf. BRETAS, Valéria. As melhores e piores 100 grandes cidades do Brasil. *Exame*. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/o-ranking-do-servico-publico-nas-100-maiores-cidades-do-brasil/>>. Acesso em: 23 dez. 2017.
- ¹⁴ Idem.
- ¹⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativa da população 2017 - população estimada - comparação entre os municípios: Bahia. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=29&idtema=130&codv=V01&order=dado&dir=desc&lista=UF&custom=>>>. Acesso em: 23 dez. 2017.
- ¹⁶ SILVA, Aldo José Morais. *Natureza sã, civilidade e comércio em Feira de Santana: elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia (1833-1937)*. Salvador, 2000. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. pp. 77-78.
- ¹⁷ OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960)*. 2008. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008. p. 54.
- ¹⁸ MELLO, Josué da Silva. Feira de Santana: cidade do futuro. *Sitientibus*, Feira de Santana. Ano. 2, n. 4, p. 77-84, jan./jun., 1984.
- ¹⁹ Ver a respeito: MOREIRA, Vicente Deocleciano. Quem é você, Feira de Santana? *Feira Hoje*. Feira de Santana, 4 set. 1988, caderno 3, p. 2.
- ²⁰ Carnaval fora de época, do qual a sociedade feirense afirma ser a criadora, em 1937, e que se tornou popular como festa de rua em várias outras cidades brasileiras, sobretudo na Bahia, especialmente na década de 2000.
- ²¹ SILVA, Aldo José Morais. De terra sã a berço da micareta: estratégias constitutivas da identidade social em Feira de Santana. *Revista de história regional*. Ponta Grossa, n. 13, v. 2, p. 104-133, 2008.

- ²² Fundado em 1909, o jornal *Folha do Norte* é o mais antigo periódico a ser publicado em Feira de Santana, ainda em circulação.
- ²³ Sobre o processo de pesquisa e produção da coluna *Vida feirense*, Morais informa-nos que “Arnold Silva foi, no jornal, além de fundador, diretor durante muitos anos (1923-1952), jornalista e escritor de crônicas e contos. Durante esse período, escreveu cerca de 250 crônicas-relatos, publicadas semanalmente. Ele dedicou uma boa parte de sua vida (três décadas) à pesquisa sobre o município e a cidade de Feira de Santana, visitando, cotidianamente, os arquivos públicos e particulares, as bibliotecas municipal e nacional, os grêmios literários, as filarmônicas, cartórios, batistérios e demais órgãos públicos de Feira de Santana e de outras capitais”. Cf. MORAIS, Ana Angélica Vergner de. *Sant’Anna dos Olhos D’Água: resgate da Memória cultural e literária de Feira de Santana (1890-1930)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998. p. 34.
- ²⁴ VIDA Feirense - [notas sobre] 1899. *Folha do Norte*. Feira de Santana, 12 dez. 1940a, p. 1.
- ²⁵ VIDA Feirense - [notas sobre] 1899. *Folha do Norte*. Feira de Santana, 12 abr. 1952, p. 1.
- ²⁶ VIDA Feirense - [notas sobre] 1840. *Folha do Norte*. Feira de Santana, 28 out. 1944, p. 1.
- ²⁷ VIDA Feirense - [notas sobre] 1897. *Folha do Norte*. Feira de Santana, 30 out. 1843, p. 1.
- ²⁸ VIDA Feirense - [notas sobre] 1897. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 4 nov. 1839a, p. 1
- ²⁹ MELLO, Carlos. *Intendentes e prefeitos de Feira de Santana*. Feira de Santana, 2011, p. 1. Disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/arquivos/inten_e_pref.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2011.
- ³⁰ VIDA Feirense - [notas sobre] 1920. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 1 abr. 1939b, p. 1.
- ³¹ COSTA, Manuela Areias. A trajetória de Manoel Tranquilino Bastos: um maestro abolicionista no Recôncavo baiano (1884-1935). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2013, Natal. *Anais eletrônicos...* Natal: ANPUH, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372281301_ARQUIVO_Textoanpuh2013-ManuelaAreias.pdf>. Acesso em 13 jun. 2017.
- ³² Idem, p. 6.
- ³³ A IGREJA em marcha. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 4 nov. 1967, p. 1.
- ³⁴ CATEDRAL METROPOLITANA DE SANT’ANA. Párcos de Santana. Feira de Santana, 2009, p. 1. Disponível em: <<http://www.catedraldesantana.com.br/galeria.htm>>. Acesso em: 6 jun. 2015.
- ³⁵ ARAÚJO, Heitor. *Hino à Feira*. [s. l.], 1983. p. 1.
- ³⁶ GEORGINA ERISMANN. In. *Dicionário Cravo Albin da música popular brasileira*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://dicionariompb.com.br/georgina-erisman/biografia>>. Acesso em: 25 set. 2016.
- ³⁷ ACADEMIA DE EDUCAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA. Patronos. *Cadeira de nº 8 – Georgina de Mello Erismann (1893-1937)*. Feira de Santana, 2008. Disponível em: <http://www.academiadeeducacao.org.br/pat_georginaerisman.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.
- ³⁸ SITE DO DICIONÁRIO CRAVO ALBIN DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA. In. *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira*. Rio de Janeiro. 2002. Disponível em: <<http://dicionariompb.com.br/apresentacao>>. Acesso em: 25 set. 2016.
- ³⁹ Dois anos após a sua fundação (em 1939, portanto) a Escola de Música de Feira de Santana incorporada, a uma outra instituição de ensino feirense, o Ginásio Santanópolis.
- ⁴⁰ Ver a respeito: MELLO, Carlos Alberto Almeida. 66 anos sem Geogina de Mello Lima Erismann. *Folha do Norte*. Feira de Santana, 24 fev. 2006. p. 3; ACADEMIA DE EDUCAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA, 2008. Disponível em: <http://www.academiadeeducacao.org.br/pat_georginaerisman.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.
- ⁴¹ ERISMANN, Georgina. (Org.) *Hino à Feira*. In: *Hinário escolar para o orfeão da escola normal da Feira de Santana*. Livraria Silva e Irmãos: Feira de Santana, 1928.
- ⁴² MACHADO, Franklin. *Álbum da Feira de Santana – Bahia*. São Paulo: Cacimba: 1966. p. 9.
- ⁴³ Embora traga o registro, feito pela editora da obra, que sua tiragem foi feita para a Prefeitura Municipal de Feira Santana, fica claro que o Álbum não foi um projeto da administração municipal, mas apenas contou com o apoio financeiro, para impressão, dado pelo então prefeito Joselito Amorim à iniciativa do jornalista. De fato, não há registro de que em seu lançamento, ocorrido na 1ª Feira Regional de Amostras (FEIRAM) – promovida pelo Centro das Indústrias de Feira de Santana, em 29 de outubro de 1966, a obra tenha sido tratada como um evento da municipalidade, tampouco houve anúncio de presença do prefeito ou de outras autoridades administrativas ao evento (ALBUM..., 1966, p. 6), evidenciado que este foi, de fato, uma iniciativa particular.
- ⁴⁴ O 1º aniversário da escola normal. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 2 jun. 1928, p. 1.
- ⁴⁵ ESCOLA normal de Feira de Santana: comemoração do seu primeiro aniversário. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 9 jun. 1928, p. 1.
- ⁴⁶ O 2º aniversário da escola normal – A festa comemorativa. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 8 jun. 1929, p. 1.
- ⁴⁷ SETE de setembro – A comemoração cívica da Escola Normal. *Folha do Norte*. Feira de Santana, 14 set. 1929, p. 1.
- ⁴⁸ PRIMEIRO centenário da autonomia de Feira. *Folha do Norte*. Feira de Santana, 16 set. 1933. p. 1.

- ⁴⁹ DIA da árvore, na Feira, sob os auspícios do núcleo torreano local. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 21 set. 1935, p. 1
- ⁵⁰ AMORIM, Targino. Georgina Erismann. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 27 jul. 1935. p. 1
- ⁵¹ VIDA Feirense - [notas sobre] 1840. *Folha do Norte*. Feira de Santana, 28 out. 1944, p. 1
- ⁵² RAMOS, Cristiana Barbosa de Oliveira. *Timoneiras do bem na construção da cidade princesa: mulheres de elite, cidade e cultura (1900-1945)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional). Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2007. p. 128.
- ⁵³ São exemplos nesse caso ao manual escolar de Raymundo Pinto, *Pequena história de Feira de Santana* (1971), sendo este professor de História do Instituto de Educação Gastão Guimarães (que veio substituir a Escola Normal), e o trabalho memorialístico de Gastão Sampaio, *Feira de Santana no vale do Jacuípe* (1977), que traz breves notas biográficas sobre Georgina, mas sem mencionar o hino à Feira ou sua autoria.
- ⁵⁴ FEIRA DE SANTANA. Câmara Municipal de Feira de Santana. Lei n. 37 de 5 de abril de 1990. Dispõe sobre a lei orgânica do município de Feira de Santana e dá outras providências. *Feira Hoje*. Feira de Santana, 10 abr. 1990. (Caderno especial).
- ⁵⁵ FEIRA DE SANTANA, Lei complementar n. 31, de 15 de setembro de 2006. Dispõe sobre os símbolos municipais e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-complementar/2006/4/31/lei-complementar-n-31-2006-dispoe-sobre-os-simbolos-municipais-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 5 set. 2016.
- ⁵⁶ CÂMARA MUNICIAPL DE FEIRA DE SANTANA. *Hino à Feira*. Feira de Santana, 2015, p. 1. Disponível em: <<http://www.feiradesantana.ba.leg.br/cerimonial/hino-a-feira-de-santana/>>. Acesso em: 7 jun. 2015.
- ⁵⁷ COELHO, Leila Machado; BAPTISTA; Marisa. A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. *Psicologia Política*, v. 9, n. 17, p. 85-99, jan. – jun, 2009.
- ⁵⁸ RAMOS, 2007, p. 37-61.
- ⁵⁹ CERQUEIRA, Aline Aguiar. Voto feminino na princesa do sertão. *A pala re-vista*. Feira de Santana, ano 1, n. 1, p. 29-39, 2011
- ⁶⁰ ERISMANN, 1928, p. 5.
- ⁶¹ LIMA, Maria Helena Palmer (Org.) *Divisão territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/DivisaoTerritorialBrasileira_IBGE.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2016
- ⁶² ALMEIDA, Djair Lázaro de. *Educação moral e cívica na ditadura militar: um estudo de manuais didáticos*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Carlos. São Carlos, 2009. p. 66-106.

Referências Bibliográficas

- ACADEMIA DE EDUCAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA. Patronos. *Cadeira de nº 8 – Georgina de Mello Erismann (1893-1937)*. Feira de Santana, 2008. Disponível em: <http://www.academiadeeducacao.org.br/pat_georginaerisman.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.
- A IGREJA em marcha. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 4 nov. 1967, p. 1.
- ALBUM da Feira de Santana. *Folha do Norte*. Feira de Santana, 29 out. 1966. p. 6.
- ALMEIDA, Djair Lázaro de. *Educação moral e cívica na ditadura militar: um estudo de manuais didáticos*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Carlos. São Carlos, 2009.
- AMORIM, Targino. Georgina Erismann. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 27 jul. 1935.
- ARAÚJO, Heitor. *Hino à Feira*. [s. l.], 1983.
- BRETAS, Valéria. As melhores e piores 100 grandes cidades do Brasil. *Exame*. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/o-ranking-do-servico-publico-nas-100-maiores-cidades-do-brasil/>>. Acesso em: 23 dez. 2017.
- CÂMARA MUNICIAPL DE FEIRA DE SANTANA. *Hino à Feira*. Feira de Santana, 2015, p. 1. Disponível em: <<http://www.feiradesantana.ba.leg.br/cerimonial/hino-a-feira-de-santana/>>. Acesso em: 7 jun. 2015.

- CATEDRAL METROPOLITANA DE SANT'ANA. Párcos de Santana. Feira de Santana, 2009, p. 1. Disponível em: <<http://www.catedraldesantana.com.br/galeria.htm>>. Acesso em: 6 jun. 2015.
- CERQUEIRA, Aline Aguiar. Voto feminino na princesa do sertão. *A pala re-vista*. Feira de Santana, ano 1, n. 1, p. 29-39, 2011.
- CHERŇAVSKY, Analía. Um maestro do no gabinete: música e política no tempo de Villa-Lobos. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – O LUGAR DA HISTÓRIA. ANPUH/SP-UNICAMP, 17., 2004, Campinas. Disponível em: <<http://anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XVII/ST%20VIII/Analia%20Chernavsky.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2011
- COELHO, Leila Machado; BAPTISTA; Marisa. A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. *Psicologia Política*, v. 9, n. 17, p. 85-99, jan. – jun, 2009.
- CORNELSEN, Elcio Loureiro. Hinos de futebol no Brasil: dos hinos marciais aos populares. *Revista interfaces*, n. 20, v. 1, p. 78-94, jan.-jun., 2014. Disponível em: <<http://www.cla.ufrj.br/images/docs/interfaces/split/20/05.%20hinos%20de%20futebol.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2015.
- COSTA, Manuela Areias. A trajetória de Manoel Tranquilino Bastos: um maestro abolicionista no Recôncavo baiano (1884-1935). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2013, Natal. *Anais eletrônicos...* Natal: ANPUH, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372281301_ARQUIVO_Textoanpuh2013-ManuelaAreias.pdf>. Acesso em 13 jun. 2017.
- DIA da árvore, na Feira, sob os auspícios do núcleo torreano local. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 21 set. 1935, p. 1.
- ERISMANN, Georgina. (Org.) Hino à Feira. In: *Hinário escolar para o orfeão da escola normal da Feira de Santana*. Livraria Silva e Irmãos: Feira de Santana, 1928.
- ESCOLA normal de Feira de Santana: Comemoração do seu primeiro aniversário. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 9 jun. 1928, p. 1.
- FEIRA DE SANTANA. Câmara Municipal de Feira de Santana. Lei n. 37 de 5 de abril de 1990. Dispõe sobre a lei orgânica do município de Feira de Santana e dá outras providências. *Feira Hoje*. Feira de Santana, 10 abr. 1990. (Caderno especial).
- FEIRA DE SANTANA, Lei complementar n. 31, de 15 de setembro de 2006. Dispõe sobre os símbolos municipais e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-complementar/2006/4/31/lei-complementar-n-31-2006-dispoe-sobre-os-simbolos-municipais-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 5 set. 2016.
- GALINARI, Mellianro Mendes. Os hinos de Villa-Lobos e o governo Vargas: estratégias político-discursivas de persuasão ideológica. *Letras & Letras*. Uberlândia. n. 2, v. 2, pp. 85-103, jul./dez., 2006
- GEORGINA ERISMANN. In. *Dicionário Cravo Albin da música popular brasileira*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://dicionariompb.com.br/georgina-erisman/biografia>>. Acesso em: 25 set. 2016.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativa da população 2017 - população estimada - comparação entre os municípios: Bahia. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=29&idtema=130&codv=V01&order=dado&dir=desc&lista=UF&custom=>>>. Acesso em: 23 dez. 2017

- LABURTHE-TOLRA, Philippe; WARNIER, Jean-Pierre. *Etnologia-antropologia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LIMA, Maria Helena Palmer (Org.) *Divisão territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/DivisaoTerritorialBrasileira_IBGE.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2016
- LIMA, Roberto Kant de. Ritual. In: SILVA, Benedito. (Org.). *Dicionário de ciências sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- MACHADO, Franklin. *Álbum da Feira de Santana – Bahia*. São Paulo: Cacimba: 1966.
- MELLO, Carlos. *Intendentes e prefeitos de Feira de Santana*. Feira de Santana, 2011, p. 1. Disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/arquivos/inten_e_pref.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2011.
- MELLO, Josué da Silva. Feira de Santana: cidade do futuro. *Sitientibus*, Feira de Santana. Ano. 2, n. 4, p. 77-84, jan./jun., 1984.
- MONTI, Eduardo Monteiro Gonzaga do. Canto orfeônico: os ideais cantados do estado novo. *Travessias*. Cascavel. v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_002/artecomunicacao/cantoorfeonico.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2011
- MORAIS, Ana Angélica Vergner de. *Sant'Anna dos Olhos D'Água: resgate da Memória cultural e literária de Feira de Santana (1890-1930)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998. O 1º aniversário da escola normal. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 2 jun. 1928, p. 1.
- MOREIRA, Vicente Deocleciano. Quem é você, Feira de Santana? *Feira Hoje*. Feira de Santana, 4 set. 1988, caderno 3, p. 2.
- O 2º ANIVERSÁRIO da escola normal – A festa comemorativa. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 8 jun. 1929, p. 1.
- OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960)*. 2008. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.
- PINTO, Raimundo A. C. *Pequena História de Feira de Santana*. Feira de Santana: SICLA, 1971
- PRIMEIRO centenário da autonomia de Feira. *Folha do Norte*. Feira de Santana, 16 set. 1933. p. 1.
- RAMOS, Cristiana Barbosa de Oliveira. *Timoneiras do bem na construção da cidade princesa: mulheres de elite, cidade e cultura (1900-1945)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional). Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2007.
- SADIE, Stanley (Edit.). *Dicionário grove de música*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- SAMPAIO, Gastão. *Feira de Santana e o vale do jacuipe*. Salvador: Bereau, 1977.
- SETE de setembro – A comemoração cívica da Escola Normal. *Folha do Norte*. Feira de Santana, 14 set. 1929, p. 1.
- SILVA, Aldo José Morais. De terra sã a berço da micareta: estratégias constitutivas da identidade social em Feira de Santana. *Revista de história regional*. Ponta Grossa, n. 13, v. 2, p. 104-133, 2008.
- SITE DO DICIONÁRIO CRAVO ALBIN DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA. In: *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira*. Rio de Janeiro. 2002. Disponível em: <<http://dicionariompb.com.br/apresentacao>>. Acesso em: 25 set. 2016.

UNGLAUB, Tânia Regina da Rocha. A prática do canto orfeônico e cerimônias cívicas na consolidação de um nacionalismo ufanista em terras catarinenses. *Revista Linhas*.

Florianópolis. v. 10, n. 01, pp. 105-127, jan./jun. 2009

VEJA a lista das cidades mais populosas do Brasil. *R7 Brasil*. Disponível em:

<<https://noticias.r7.com/brasil/veja-a-lista-das-cidades-mais-populosas-do-brasil-30082017>>.

Acesso em: 23 dez. 2017

VIDA Feirense - [notas sobre] 1899. *Folha do Norte*. Feira de Santana, 12 dez. 1940a, p. 1.

_____ 1899. *Folha do Norte*. Feira de Santana, 12 abr. 1952, p. 1.

_____ 1840. *Folha do Norte*. Feira de Santana, 28 out. 1944, p. 1.

_____ 1897. *Folha do Norte*. Feira de Santana, 30 out. 1843, p. 1.

_____ 1897. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 4 nov. 1839a, p. 1

_____ 1920. *Folha do Norte*, Feira de Santana, 1 abr. 1939b, p. 1.

_____ 1840. *Folha do Norte*. Feira de Santana, 28 out. 1944, p. 1